



CLIPPING



05 de
OUTUBRO
2022

NOVA DESEMBARGADORA

Tribunal de Justiça dá posse à Margui Bittencourt

JORNADA - No Judiciário desde 1983, magistrada passou por comarcas de vários municípios do Pará

A magistrada Margui Gaspar Bittencourt foi empossada no cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará durante sessão solene realizada ontem, 4, em formato híbrido (presencial e online), sob a presidência da desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, no plenário Desembargador Oswaldo Pajacan Laires, do prédio-sede do TJPA.

"Impossível negar que, para quem elegeu a Magistratura como carreira e opção de vida profissional, integrar este Tribunal Pleno pode significar o topo, a plenitude, cruzar a linha de chegada na maratona iniciada com a aprovação no concurso para juiz. Mas, evidentemente, não representa uma acomodação, muito menos achar que os limites foram alcançados". O pronunciamento de posse da desembargadora Margui Gaspar Bittencourt iniciou com as suas considerações sobre as novas responsabilidades ao assumir o cargo.

A magistrada, que ascendeu ao desembargo na última sexta-feira, 30, em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, atuava como juíza convocada no 2º grau de jurisdição, tendo concorrido à vaga pelo critério de merecimento, em lista triplíce, que também foi integrada pela juíza Luana de Nazaré Santalices, titular da 4ª Vara do Juizado Especial Civil de Belém, e pelo juiz José Antônio Ferreira Cavalcante, titular da 5ª Vara de Família de Belém.

A magistrada relatou brevemente sua jornada. Filha de uma professora e de um bancário, após o Ensino Médio prestou vestibular para a Faculdade de Direito

"Integrar este Tribunal Pleno pode significar o topo, cruzar a linha de chegada na maratona iniciada com a aprovação no concurso."

da Universidade Federal do Pará, recebendo o grau de bacharel em 1975. Advogou por oito anos, tendo sido estagiária no Escritório do então advogado, Milton Nobre, desembargador aposentado e presidente do TJPA no biênio 2005-2007. Margui Bittencourt ingressou no Judiciário como servidora, em 1983, ao ser aprovada em primeiro lugar no concurso para Escrivã Judicial Criminal, ocasião em que iniciava o sonho de entrar na Magistratura. Então, prestou concurso, e na terceira tentativa foi aprovada, tornando-se magistrada em 1988.

As passagens pelas Comarcas do interior do Estado, Vam Única de Baixo, Mocajuba, Povoação, Santarém, Marabá, Jacundá, Rondon do Pará, Curionópolis, Parauapebas e Domingos do Araguaia, também foram lembradas pela desembargadora recém-empossada. "Sedimentaram minha vocação e me permitiram testemunhar, pela vivência, as dificuldades para a efetiva prestação jurisdicional em um Estado tão vasto territorialmente e ainda tão carente de uma logística eficaz, sobretudo em transporte e comunicação" observou. A desembargadora finalizou declarando seu amor pela Ciência Jurídica.



Presidente do TJPA, Célia Regina de Lima (à direita) deu posse à desembargadora Margui Bittencourt na sessão na sede do Judiciário

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Margui Gaspar Bittencourt foi eleita pelo critério de merecimento

FOTO: ERIKA MIRANDA / TJPA

Solenidade empossa nova desembargadora no TJPA

JUDICIÁRIO

A magistrada Margui Gaspar Bittencourt foi empossada no cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará durante sessão solene realizada no final da tarde de ontem (4), em formato híbrido (presencial e on-line), sob a presidência da desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares, do prédio-sede do TJPA.

“Impossível negar que, para quem elegeu a Magistratura como carreira e opção de vida profissional, integrar este Tribunal Pleno pode significar o topo, a plenitude, cruzar a linha de chegada na maratona iniciada com a aprovação no concurso para juiz. Mas, evidentemente, não representa uma acomodação, muito menos achar que os limites foram alcançados”, disse a desembargadora Margui Gaspar Bittencourt em seu discurso.

A magistrada, que ascendeu ao desembargo na última sexta-feira, 30, em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, atuava como juíza convocada no 2º grau de jurisdição, tendo concorrido à vaga pelo critério de merecimento, em lista triplíce.

Bittencourt relatou brevemente sua jornada. Filha de uma professora e de um bancário, após o ensino médio prestou vestibular para a Faculdade de Direito da UFPA, recebendo o grau de bacharel em 1975. Advogou por oito anos, tendo sido estagiária no Escritório do então advogado Milton Nobre, desembargador aposentado e presidente do TJPA no biênio 2005-2007.

Margui ingressou no Judiciário como servidora, em 1983, ao ser aprovada em primeiro lugar no concurso para Escrivã Judicial Criminal, ocasião em que iniciava o sonho de entrar na Magistratura. Então, prestou concurso, e na terceira tentativa foi aprovada, tornando-se magistrada em 1988.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TRÁFICO

TRAFICANTE É PRESO PELA PM NO TAUÁ

Suspeito estava com um comparsa ao lado de uma igreja quando a PM chegou. O parceiro fugiu e ele foi preso

CASA CAIU

Tiago Silva
DE CASTANHAL

Um traficante de drogas foi preso pela Polícia Militar no município de Santo Antônio do Tauá, região do nordeste paraense. A prisão aconteceu no final da manhã de segunda-feira (3), por volta do meio-dia. Outro traficante conseguiu fugir.

A Polícia Militar recebeu uma denúncia anônima informando que pessoas suspeitas estavam com armas de fogo e drogas ao lado de uma Igreja, localizada no km 29 da rodovia PA-140.

Policiais militares rapidamente foram até o local da denúncia, onde dois suspeitos foram avistados. Os suspeitos também avistaram as guarnições da PM e empreenderam fuga, sendo que um deles ainda efetuou disparos de arma de fogo contra os policiais.



O suspeito usava uma tornozeleira eletrônica e foi preso com drogas
FOTOS: DIVULGAÇÃO

Houve troca de tiros, mas ninguém foi alvejado. O suspeito que estava desarmado logo foi capturado e identificado como Helder Ferreira dos Santos. Os policiais disseram que com Helder foram encontradas 185 pedras de óxi.

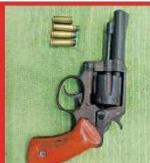
O preso, que estava com uma tornozeleira eletrônica, foi apre-

sentado na Delegacia de Polícia Civil de Santo Antônio do Tauá, onde ficou de ser autuado pelo crime de tráfico de drogas. O segundo suspeito, identificado apenas pelo apelido de "Sapo", que estava armado e que atirou contra os policiais militares, conseguiu fugir por uma área de mata.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



QUARTA-FEIRA

**SUSPEITO ATIRA NA POLÍCIA
E MORRE EM ABAETETUBA**
PÁGINA 7

Diário do Pará

POLÍCIA

OPERAÇÃO OSTENSIVA



Produtividade da PM em Monte Alegre e Prainha é marcada por apreensão de drogas e armas de fogo
FOTO: DIVULGAÇÃO

PM REFORÇA AÇÕES NO BAIXO TOCANTINS

APRENSÕES

O 18º Batalhão de Polícia Militar (18º BPM), unidade que integra o Comando de Policia-

mento Regional I, apresentou a produtividade do mês de setembro, resultante da intensificação de ações ostensivas e preventivas nos municípios de Monte Alegre e Prainha, no Baixo Tocantins.

No total, foram apreendidos 216 quilos de entorpecentes, cinco armas de fogo, 146 munições e quatro armas brancas.

Também merecem ser destacadas as ações que culminaram no cumprimento de oito mandados de

prisão e na recuperação de oito veículos, entre outras ações realizadas pela unidade, que também atua em seis Postos Policiais Destacados na zona rural dos municípios.

"A Polícia Militar do 18º BPM agradece a colaboração da socie-

dade e se coloca à disposição na missão de servir e proteger, garantindo sempre o sigilo do colaborador. Mostrando, assim, que a segurança se faz com a participação de todos", ressaltou o Major Mendes, Comandante do Batalhão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Sessenta e quatro unidades da Justiça do Pará recebem certificação 100% PJe

- 4 de outubro de 2022



Compartilhe

A presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, promoveu mais uma cerimônia de certificação do selo de qualidade denominado “Unidade 100% PJe”. Desta vez, 64 Unidades Judiciárias atingiram 100% no Índice de Casos Eletrônicos (ICELE). A cerimônia virtual reuniu magistradas e magistrados, servidoras e servidores, no início da tarde desta quinta-feira, 29.

A certificação é conferida às unidades judiciárias que atingiram 100% no Índice de Casos Eletrônicos (ICELE) pelo esforço e desempenho de magistradas,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

magistrados, servidoras e servidores na digitalização e virtualização integral de seu acervo de feitos físicos em tramitação para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) e pelo empenho na implantação do acervo 100% digital, conforme a Portaria nº. 1.304, de 5 de abril de 2021.

São elas: 3ª Vara Criminal de Marabá, Vara Única de Moju, 10ª Vara Cível e Empresarial de Belém, 11ª Vara Cível e Empresarial de Belém, 12ª Vara Cível e Empresarial de Belém, 13ª Vara Cível e Empresarial de Belém, 1ª Vara Cível e Empresarial de Marabá, 1ª Vara Criminal de Ananindeua, 1ª Vara Criminal de Castanhal, 1ª Vara Criminal de Marabá, 1ª Vara Criminal de Parauapebas, 1ª Vara Criminal de Rondon do Pará, 1ª Vara Criminal de Santarém, 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua, 2ª Vara Cível e Empresarial de Belém, 2ª Vara Cível e Empresarial de Marabá, 2ª Vara Cível e Empresarial de Redenção, 2ª Vara Criminal de Ananindeua, 2ª Vara Criminal de Castanhal, 2ª Vara Criminal de Marabá, 2ª Vara Criminal de Santarém, 3ª Vara Cível e Empresarial de Altamira, 3ª Vara Cível e Empresarial de Marabá, 3ª Vara Criminal de Santarém, 3ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, 4ª Vara Cível e Empresarial de Belém, 4ª Vara Criminal de Ananindeua, 5ª Vara Criminal de Ananindeua, 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém, 8ª Vara Cível e Empresarial de Belém, gabinete da desembargadora Eva do Amaral Coelho, gabinete da desembargadora Gleide Pereira de Moura, gabinete do desembargador José Torquato Araújo de Alencar, gabinete do desembargador Ronaldo Marques Valle, Termo de Santa Cruz do Arari, Vara Criminal da Comarca de Xinguara, Vara Criminal de Barcarena, Vara Criminal de Benevides, Vara Criminal de Marituba, Vara Criminal de Paragominas, Vara Criminal de Redenção, Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Belém, Vara de Execução Penal da Região Metropolitana de Belém, Vara de Fazenda Pública de Ananindeua, Vara de Infância e Juventude de Ananindeua, Vara de Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, Vara Única de Alenquer, Vara Única de Breu Branco, Vara Única de Cachoeira do Arari, Vara Única de Curralinho, Vara Única de Curuçá, Vara Única de Eldorado dos Carajás, Vara Única de Igarapé-Açu, Vara Única de Itupiranga, Vara Única de Mãe do Rio, Vara Única de Monte Alegre, Vara Única de Novo Repartimento, Vara Única de Prainha, Vara Única de Salinópolis, Vara

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Única de Salvaterra, Vara Única de Santana do Araguaia, Vara Única de São Miguel do Guamá e Vara Única de Tomé-Açu.

Durante a cerimônia, a presidente destacou que o Poder Judiciário do Pará agora é 100% digital. “Com muito orgulho, vimos o Digitômetro – ferramenta por meio da qual acompanhamos graficamente a evolução dos processos digitalizados – alcançar a sua totalidade. A 13ª e última cerimônia de certificação das unidades de 1º e 2º graus 100% PJe traz um sentimento de gratidão extrema”, destacou a presidente.

Fonte: [TJPA](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Jovem que matou uma família inteira e ocultou corpos é condenado a 107 anos no interior no Pará

Adriano Fernandes dos Santos Costa, de 24 anos, morava com as vítimas em São Geraldo do Araguaia e confessou os crimes.

Por g1 Pará — Belém

04/10/2022 16h28 Atualizado há 18 horas



Jovem é condenado a 107 anos de prisão no Pará. — Foto: Reprodução

O réu Adriano Fernandes dos Santos Costa, de 24 anos, foi condenado pela Justiça a 107 anos de prisão após matar uma família inteira em [São Geraldo do Araguaia](#), no sudeste do Pará, por matar quatro pessoas da mesma família e ocultação de corpos.

Os [crimes ocorreram no dia 13 de junho de 2018](#), na zona rural do município, na propriedade em que o Adriano morava, junto com as quatro vítimas. A decisão

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

foi divulgada nesta terça-feira (4) pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

Os membros mortos da família foram:

- Antônio Gonçalves de Sousa, de 41 anos;
- a esposa de Antônio, Sandra Rosa Sales Silva, de 37 anos;
- e o casal de filhos Catielle Silva Sousa, de 16 anos, e Charles da Silva Sousa, de 18 anos.

A vítima Sandra Rosa era **prima de Adriano** e, anos antes, **convidou ele para morar na fazenda**, onde era tratado como filho pelo casal, segundo o MPPA, que denunciou o caso.



Em tribunal do júri, Justiça condenou há 107 anos acusado de matar uma família inteira no sudeste do Pará. — Foto: Ascom MPPA

As investigações apontaram que, por volta das 14h, após matar Antônio, Sandra e Catielle, com uma espingarda de Antônio, Adriano ocultou os três corpos no interior de uma castanheira oca e aguardou até que Charles chegasse da escola, às 18h.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ao perguntar pelos pais, Charles obteve a resposta: **“Matei todos eles. Quer ver?”**. Adriano contou que o levou até a árvore oca e, após mostrar os corpos, deu ordem para que Charles corresse na direção do curral, até atirar contra ele e matá-lo.

Segundo o MPPA, os detalhes da ação criminosa foram expostos pelo réu durante o interrogatório policial. Já em plenário, assistido pela Defensoria Pública, Adriano confirmou a autoria dos crimes, mas se absteve de responder quaisquer perguntas.

A sessão do Tribunal do Júri, presidida pelo Antônio José dos Santos, na Comarca de São Geraldo do Araguaia, ocorreu na última quarta, 28 de setembro. Para o Promotor de Justiça, Erick Fernandes, o Tribunal do Júri foi de grande relevância para a família das vítimas e também para a população de São Geraldo do Araguaia, já que o crime causou grande comoção na cidade.

Na sessão, após a denúncia oferecida pelo Ministério Público, Adriano Fernandes foi declarado culpado e recebeu a sentença de 107 anos de prisão por quatro homicídios qualificados por motivo fútil e três crimes de ocultação de cadáver.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA fiscaliza situação fundiária e ambiental de imóvel que abrange Ponta do Cururu em Alter do Chão, penhorado por dívida trabalhista
Propriedade está localizada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Alter do Chão, que foi criada oficialmente em 2003.

Por g1 Santarém e região — PA

04/10/2022 19h59 Atualizado há 14 horas

Ponta do Cururu é um dos cenários mais bonitos de Alter do Chão, no Pará —
Foto: Dorgival Viana

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) investiga a situação de um importante ponto turístico da região, a Ponta do Cururu levado a leilão pela Justiça do Trabalho na Vila de Alter do Chão, 37 km da zona urbana de [Santarém](#), oeste do Pará. O leilão para pagamento de dívida trabalhista foi suspenso pela juíza da 2ª Vara do Trabalho, Milena Abreu Soares, que estava marcado para o dia 21 deste mês.

- [Compartilhe esta notícia no WhatsApp](#)
- [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

Segundo o MPPA, as promotorias de Justiça Agrária e do Meio Ambiente de Santarém estão com procedimentos instaurados para atuação de acordo com a sua área de competência. O Grupo Especial de Atuação no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPPA instaurou notícia de fato para uma das promotorias criminais do município.

- [Justiça suspende leilão de área da Ponta do Cururu, em Alter do Chão, penhorada por dívida trabalhista](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A 7ª Promotoria de Justiça Agrária também instaurou Procedimento Administrativo, por meio da promotora de Justiça titular Herena de Melo, para fiscalizar a regularidade dos registros públicos e cadeia dominial dos imóveis, bem como o processo que levou ao suposto destacamento do patrimônio público estadual e/ou federal para o patrimônio particular do imóvel.

Entenda o caso

Nesta segunda-feira (3) a Justiça do Trabalho havia determinado a venda de um imóvel na vila balneária localizada há cerca de 37 km da zona urbana de Santarém, com famosos pontos turísticos, como a Ponta do Cururu, três lagos e extensa área de floresta.

Nos autos do processo trabalhista em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Santarém, TRT 8ª Região, consta a matrícula aberta em 1987, que identifica o imóvel como originariamente do Estado do Pará e transferido, a título de venda à Companhia Tropical – Hotel Santarém, em 24/03/1986, por meio do Título Definitivo nº 028 expedido pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa).

O imóvel rural passou à propriedade da Companhia Tropical de Hotéis (1989), posteriormente para Maria Antonia de Lima Ferraz em 2000 e, por fim, à propriedade da Associação Cristã de Moços do Rio De Janeiro no mesmo ano, sendo todas as transações realizadas por meio de Escritura Pública de Compra e Venda.

A promotoria destaca que a área está inserida na Gleba Federal Mojuí do Campos, arrecadada e discriminada pelo INCRA, com matrícula registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Santarém em 29 de setembro de 1978.

Com a suspensão do leilão, a 2ª Vara do Trabalho de Santarém determinou a intimação do Ministério Público Estadual para se manifestar sobre a legalidade das transações imobiliárias registradas na matrícula ID 8436b31.

A Promotoria Agrária instaurou procedimento com objetivo de fiscalizar a regularidade dos registros públicos e cadeia dominial dos imóveis, bem como a higidez do suposto destacamento do patrimônio público estadual e/ou federal para o patrimônio particular do imóvel rural que é objeto do Título Definitivo expedido pelo Iterpa em 24/03/1986, e da Matrícula nº 8.428, aberta em 1987, em Santarém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Entre outras providências e levantamentos, a promotora de Justiça Herena de Melo determinou a solicitação das certidões atualizadas das matrículas ao cartório, a cópia integral do título definitivo e do processo administrativo ao Iterpa, e ao Incra a cópia integral de arrecadação da Gleba Mojuí dos Campos e procedimentos relacionados a arrecadação e matrícula da referida gleba como patrimônio público da União.

Promotoria do Meio Ambiente e Gaeco

A 13ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Santarém, por meio da titular, promotora de Justiça Lilian Braga, instaurou a notícia de fato após a divulgação das notícias nesta segunda, e oficiou à Justiça do Trabalho solicitando informações sobre o leilão, uma vez que a promotoria ambiental está acompanhando o processo de ocupação e regularização do Distrito de Alter do Chão, destacando que a área faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Alter do Chão.

O Grupo Especial de Atuação no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPPA, após recebimento de denúncia pela coordenadora, promotora de Justiça Ana Maria Magalhães de Carvalho, instaurou notícia de fato com declínio para uma das promotorias criminais de Santarém, para apuração de suposto uso de documento ilegal e outras providências.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Reprodução

Naufração em Cotijuba: Inquérito policial é concluído e enviado à Justiça

POR ROMA NEWS | 05 DE OUT DE 2022, 10:14

A Polícia Civil do Pará (PCPA) concluiu na última sexta-feira, 30, o inquérito que investiga o naufrágio da lancha Dona Lourdes II, ocorrido no dia 8 de setembro, nas proximidades da ilha de Cotijuba, em Belém. O documento já foi remetido ao Poder Judiciário, e os autos enviados ao Ministério Público, para que seja oferecida a denúncia contra o comandante da embarcação, Marcos de Souza Oliveira, de 34 anos, que foi indiciado pela PC-PA por homicídio com dolo eventual.

De acordo com o advogado criminalista Marco Pina, que trabalha na defesa da família de duas vítimas do naufrágio, o inquérito foi distribuído para a 2ª Vara do Tribunal do Júri de Belém, que tem como titular a juíza Sara Castelo Branco.

Pina explicou que os autos foram enviados ao Ministério Público para oferecimento de denúncia. “O próximo passo é o promotor oferecer a denúncia contra o Marcos Oliveira. E aí volta, a juíza determina a citação do acusado, para

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

que no prazo de dez dias, através do advogado, seja apresentada uma resposta à acusação”, explicou o criminalista.

Após este processo, será marcada a audiência de instrução e julgamento, na qual serão ouvidas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público, que poderão ser as vítimas sobreviventes. “Depois, serão ouvidas as testemunhas arroladas pela defesa na resposta à acusação. Por fim, o réu será interrogado. Em seguida, MP e defesa irão apresentar memoriais finais e, por fim, a juíza irá decidir se pronuncia o réu para ser julgado pelo Tribunal do Júri ou não”, detalhou Marco Pina, que comentou sobre a expectativa para o desenrolar do processo.

“A minha expectativa é para que o Ministério Público denuncie o Marcos, na imputação do homicídio por dolo eventual, referente às 22 vítimas mortas até agora”, declara o criminalista. Ainda segundo ele, dentro do inquérito policial, mais de 60 pessoas foram ouvidas, diversos depoimentos coletados, além de provas, que levaram a Polícia Civil a indiciar Marcos Oliveira pelo crime de homicídio com dolo eventual, no qual a pessoa prevê que suas atitudes podem resultar na morte de outra. Contudo, mesmo assim, prossegue com a ação, assumindo o risco de matar.

Para Marcos Pina, “o delegado entendeu que a imputação é essa. E eu penso que é também por todas as circunstâncias: não tinha autorização, não tinha colete suficiente e os que tinham não estavam em bom estado de conservação, a embarcação estava acima do limite de pessoas, ele (Marcos Oliveira) não prestou nenhum tipo de auxílio, apoio, foi omissivo. Foi o primeiro a pular do barco e deixou todo mundo para trás”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Foto: Erika Miranda/TJPA

TJPA empossa a desembargadora Margui Gaspar Bittencourt

POR DANIELLE ZUQUIM | 04 DE OUT DE 2022, 23:15

COMPARTILHAR:



A magistrada Margui Gaspar Bittencourt foi empossada no cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará durante sessão solene realizada no final da tarde de terça-feira, 4, em formato híbrido (presencial e online), sob a presidência da desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares, do prédio-sede do TJPA.

“Impossível negar que, para quem elegeu a Magistratura como carreira e opção de vida profissional, integrar este Tribunal Pleno pode significar o topo, a plenitude, cruzar a linha de chegada na maratona iniciada com a aprovação no concurso para juiz. Mas, evidentemente, não representa uma acomodação, muito menos achar que os limites foram alcançados”. O pronunciamento de posse da desembargadora Margui Gaspar Bittencourt iniciou com as suas considerações sobre as novas responsabilidades ao assumir o cargo.

“Tenho a clara percepção dos novos desafios, pois sou consciente de que a cada um de nós, juízes e desembargadores, impõe-se lutar pelo respeito à toga nestes

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

tempos nos quais os ataques ao Poder Judiciário e às instituições que são basilares à Democracia assumem um caráter intimidador e de menosprezo. Creio que, em paralelo ao juramento prestado, o compromisso de ser, como sempre fui, uma guerreira em defesa dos postulados do Direito e da Justiça, pautados nos princípios da Ética, balizará meu comportamento neste egrégio Tribunal”, disse a desembargadora.

A magistrada, que ascendeu ao desembargo na última sexta-feira, 30, em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, atuava como juíza convocada no 2º grau de jurisdição, tendo concorrido à vaga pelo critério de merecimento, em lista tríplice, que também foi integrada pela juíza Luana de Nazareth Santalices, titular da 4ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, e pelo juiz José Antônio Ferreira Cavalcante, titular da 5ª Vara de Família de Belém.

A magistrada relatou brevemente sua jornada. Filha de uma professora e de um bancário, após o Ensino Médio prestou vestibular para a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, recebendo o grau de bacharel em 1975. Advogou por oito anos, tendo sido estagiária no Escritório do então advogado, Milton Nobre, desembargador aposentado e presidente do TJPA no biênio 2005-2007. Margui Bittencourt ingressou no Judiciário como servidora, em 1983, ao ser aprovada em primeiro lugar no concurso para Escrivã Judicial Criminal, ocasião em que iniciava o sonho de entrar na Magistratura. Então, prestou concurso, e na terceira tentativa foi aprovada, tornando-se magistrada em 1988.

As passagens pelas Comarcas do interior do Estado, Vara Única de Baião, Mocajuba, Peixe-Boi, Santarém, Marabá, Jacundá, Rondon do Pará, Curionópolis, Parauapebas e Domingos do Araguaia, também foram lembradas pela desembargadora recém-empossada. “Sedimentaram minha vocação e me permitiram testemunhar, pela vivência, as dificuldades para a efetiva prestação jurisdicional em um Estado tão vasto territorialmente e ainda tão carente de uma logística eficaz, sobretudo em transporte e comunicação”, observou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A magistrada reforçou, ainda, que sempre defendeu o princípio de que a Justiça não deve se acovardar. “Precisamos defender o Direito e a Ordem Constituída sempre. O saudoso jurista Heráclito Fontoura Sobral Pinto costumava dizer, e os advogados muito repetem, que a advocacia não é profissão de covardes. Invoco esse pensamento para afirmar que, também, a Magistratura não é para os fracos, os indecisos, os vacilantes. Não é uma profissão fácil e, no seu exercício, há muitas renúncias, deveres, empenho e bravura”, disse.

A desembargadora finalizou sua manifestação declarando seu amor pela Ciência Jurídica. “Sou apaixonada pelo Direito. Ele é a base de minha vida. Percorrendo os caminhos dessa Ciência ímpar, a ela me dedicando com afincos e amor, dela recebi tudo o que eu tenho e a ela devo o que sou. Estribada nessa profissão de fé, prometo continuar trabalhando pela Justiça do nosso Estado, agora como desembargadora, exercendo esse mister com ética, abnegação, respeito à Constituição e às Leis, lutando pela preservação da liberdade, da paz, da concórdia, dos bons princípios, do respeito aos direitos humanos, pelo bem comum”, disse.

A desembargadora Kédima Pacífico Lyra fez um pronunciamento em saudação à nova integrante da Corte de Justiça. “As constantes mudanças tecnológicas, sobretudo a digitalização e a virtualização total de processos físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), em um mundo cada vez mais digital e interconectado, aliada a transformações sociais que trazem à apreciação do Judiciário questões complexas, exigem do(a) magistrado(a) profunda reflexão e forte senso de justiça social para a resolução de problemas contemporâneos variados”, lembrou a desembargadora Kédima Lyra.

“Esse contexto impõe ao magistrado uma mudança comportamental e desafiadora, seja no primeiro ou segundo grau de jurisdição, exigindo equilíbrio, ética e compromisso no exercício da atividade compatível com as novas realidades, bem como a necessidade de reinvenção na maneira de realizar a justiça”, disse.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A mesa solene foi composta pela presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro; pelo procurador-geral do Estado, Ricardo Nasser Sefer, que no ato representou o governador do estado do Pará, Helder Barbalho; pela desembargadora Maria Valquiria Norat Coelho, Vice-Presidente do TRT-8; pelo general de Brigada Francisco Wellington Franco De Souza, Chefe do Estado Maior do Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar do Norte; pelo procurador-geral de Justiça César Bechara Nader Mattar Júnior; pelo presidente da OAB/PA, Eduardo Imbiriba; e pelo Juiz de Direito Adriano Veiga Seduvin, presidente da Associação de Magistrados do Pará (Amepa).

Ordem do Mérito Judiciário – Na ocasião, a presidente do TJPA, na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Judiciário, outorgou a medalha da Ordem do Mérito Judiciário à desembargadora Margui Gaspar Bittencourt, grau Grã-Cruz, instituída pela Resolução no.026/2021.

A solenidade contou com um momento de devoção a Nossa Senhora de Nazaré. Conduzida pelo filho Rafael Bittencourt ao plenário, a imagem foi reverenciada pela magistrada Margui Bittencourt ao som de Vós Sois o Lírio Mimoso.

A homenagem musical ficou por conta do servidor Walter Duarte, da servidora Elaine Barros acompanhados do pianista Jonathan Cei e do baterista cabo Farah, que interpretaram a canção “A Estrada”, do grupo Cidade Negra.

Currículo – A magistrada Margui Gaspar Bittencourt foi nomeada para exercer o cargo de juíza em virtude de aprovação em Concurso Público no dia 1º de novembro de 1988. Foi empossada no cargo no dia 7 de novembro daquele ano. Ao longo da carreira, já atuou na Vara Única da Comarca de Baião, na Vara Única da Comarca de Mocajuba, na Vara Única de Peixe Boi, na 5ª Vara Cível da Comarca de Santarém, na 5ª Vara Penal da Comarca de Marabá e na 6ª Vara Penal da Comarca de Ananindeua.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Quando chegou à 3ª entrância, a magistrada atuou na 31ª Vara Cível de Belém, 18ª Vara Penal de Belém e 8ª Vara Penal de Belém. Em 2004, virou juíza titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Belém, unidade em que permaneceu até o dia 28 de janeiro deste ano, quando foi convocada para atuar no 2º grau de jurisdição. A magistrada também foi diretora do Fórum Cível de Belém por cerca de cinco anos, de 2017 a 2022.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Reprodução

Acusados de matar missionária vão a júri popular

POR ROMA NEWS | 04 DE OUT DE 2022, 14:29

COMPARTILHAR:



Nos dias 1º e 2 de dezembro, na Comarca de Redenção, aconteceu o julgamento do casal Jean Altamir Rodrigues da Silva e Aline Lázara Gomes de Sousa Vaz. Eles são acusados do assassinato da missionária Maria Francisca de Sousa Vaz. Os acusados são genro e filha da vítima. O crime aconteceu em 9 de dezembro de 2017, em Redenção.

A missionária foi morta na própria casa, na Rua Paulo Quartins Barbosa, Setor Serrinha. Além dela, Joalice Oliveira de Jesus, amiga da vítima, também foi assassinada, como queima de arquivo, por testemunhar a execução.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Reprodução

O interesse do casal seria ficar com a herança da vítima. Outras cinco pessoas também figuram como partícipes do assassinato. Cada um deles receberia R\$ 5 mil para ajudar no esquema criminoso.

Os outros suspeitos são Ricardo Pereira Lima da Silva, Wesley Costa da Silva, Euzilene Alves de Almeida, Ednelson da Silva Rosa de Oliveira e Dourivan Sousa Lima.

O que mais chamou atenção no caso é que, para entrar na casa da missionária, os criminosos (incluindo a própria filha) inventaram a desculpa de que iriam fazer uma campanha de oração. Mas tudo sendo acabou descoberto pela investigação do advogado Antônio Miranda Neto.

Com informações do Portal de Carajás

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br